# BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Nota	Consol	lidado	Contro	oladora		Nota	Conso	lidado	Contro	oladora
<u>ATIVOS</u>	explicativa	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	explicativa	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
CIRCULANTES						CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	4	37.853	9.542	354	10	Fornecedores	8	49.407	74.502	9.690	51
Aplicações financeiras	4	9.583	93.895	9.560	74.998	Financiamentos	9	74.452	285.277	74.452	28.679
Contas a receber de clientes	5	17.887	43.226	-	-	Debêntures	9	6.416	667	6.416	667
Impostos a recuperar		2.033	2.484	228	16	Impostos a recolher		3.627	6.811	14	-
Despesas antecipadas		1.076	373	-	-	Provisão para custos socioambientais	12	1.218	2.999	-	-
Dividendos a receber		-	-	959	393	Outras contas a pagar		288	-	288	-
Adiantamentos a fornecedores		518	-	-	-	Total dos passivos circulantes		135.408	370.256	90.860	29.397
Outros créditos		825	1	825	-						
Total dos ativos circulantes		69.775	149.521	11.926	75.417						
						NÃO CIRCULANTES					
						Financiamentos	9	941.364	802.648	941.364	802.648
NÃO CIRCULANTES						Debêntures	9	162.090	73.676	162.090	73.676
Contas a receber - CCEE	10	4.245	2.044	-	-	Impostos diferidos	11	286	138	-	-
Partes relacionadas	13	-	-	557.722	686.348	Contas a pagar - CCEE	10	4.465	-	-	-
Cauções e depósitos vinculados		3	_	3	-	Partes relacionadas	13	34.608	38.452	34.608	38.452
Impostos diferidos	11	301	_	_	-	Provisão para custos socioambientais	12	5.877	7.717	_	-
Investimentos	6	-	-	1.159.523	740.577	Total dos passivos não circulantes		1.148.690	922.631	1.138.062	914.776
Imobilizado	7	1.710.026	1.714.556	_	15.065	•					
Total dos ativos não circulantes		1.714.575	1.716.600	1.717.248	1.441.990						
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14				
						Capital social		462.734	457.250	462.734	457.250
						Reserva de capital		16.948	16.948	16.948	16.948
						Reserva de lucros		29.243	29.243	29.243	29.243
						Recursos para futuro aumento de capital		7.545	69.793	7.545	69.793
						Prejuízos acumulados		(16.218)	-	(16.218)	-
						Total do patrimônio líquido		500.252	573.234	500.252	573.234
TOTAL DOS ATIVOS		1.784.350	1.866.121	1.729.174	1.517.407	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔN	IO LÍQUIDO	1.784.350	1.866.121	1.729.174	1.517.407

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Nota	Conso	lidado	Contro	oladora
	explicativa	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
RECEITA LÍQUIDA	15	156.680	65.103	-	-
CUSTOS DOS SERVIÇOS					
Depreciações	16	(56.418)	(10.010)	-	-
Custo de operação		(19.079)	1.196	-	-
Encargos de uso do sistema de distribuição		(10.647)	(1.245)	-	-
Total	16	(86.144)	(10.059)	-	-
LUCRO BRUTO		70.536	55.044		
DECEDERAL					
DESPESAS Gerais e administrativas	16	(10.301)	(3.950)	(594)	(1.494)
Depreciações		(1)	(1)	-	-
Outras despesas		(385)	-	254	_
•	16	(10.687)	(3.951)	(340)	(1.494)
Resultado de equivalência patrimonial	6	-	-	56.085	45.615
Total		(10.687)	(3.951)	55.745	44.121
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	O				
E DOS IMPOSTOS SOBRE O LUCRO		59.849	51.093	55.745	44.121
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras		3.299	293	916	118
Despesas financeiras		(73.686)	(9.327)	(72.879)	(5.185)
Total	17	(70.387)	(9.034)	(71.963)	(5.067)
(PREJUÍZO) LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA					
E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(10.538)	42.059	(16.218)	39.054
Imposto de renda e contribuição social - correntes		(5.750)	(2.942)	-	-
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	11	70	(63)	-	-
Total	18	(5.680)	(3.005)	-	-
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(16.218)	39.054	(16.218)	39.054
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações fina	nceiras.				

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Conso	lidado	Contro	oladora
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(16.218)	39.054	(16.218)	39.054
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	(16.218)	39.054	(16.218)	39.054

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Nota explicativa	Capital social	de capital - Reserva de beneficios a empregados liquidados com instrumentos de patrimônio	Reserva legal	Reservas de lucros Reserva especial de dividendos não distribuídos	Lucro retido	Lucros (prejuízos) acumulados	Recursos para futuro aumento de capital	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		241.183	16.948	-	-	-	(9.811)	143.162	391.482
Recursos para futuro aumento de capital Capitalização de recursos para futuro aumento de capital	14.3	143.578	- -	- -	-	-	- -	70.209 (143.578)	70.209
Aumento de capital	14.2	72.489	-	-	-	-	-	-	72.489
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	39.054	-	39.054
Constituição de reserva legal		-	-	1.462	-	-	(1.462)	-	-
Constituição de reversa para dividendos minimos obrigatórios		-	=	-	2.778	-	(2.778)	-	-
Constituição de reserva de lucros		-	-	-	-	25.003	(25.003)	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	14.1	457.250	16.948	1.462	2.778	25.003		69.793	573.234
Recursos para futuro aumento de capital	14.3	-	-	-	-	-	-	28.182	28.182
Capitalização de recursos para futuro aumento de capital	14.2	5.484	=	-	-	-	-	(5.484)	-
Resgate de ações		-	-	-	-	-	-	(84.946)	(84.946)
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(16.218)	-	(16.218)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	14.1	462.734	16.948	1.462	2.778	25.003	(16.218)	7.545	500.252

Reserva

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota	Consoli	dado	Control	adora
	explicativa	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		(16.218)	39.054	(16.218)	39.054
Ajustes para reconciliar o (prejuízo) lucro líquido do exercício com					
o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Depreciação	7, 16	56.419	10.011		
Juros sobre financiamentos e debêntures	9.2, 17	73.146	8.894	72.469	8.894
Juros sobre aplicações financeiras	17	(2.459)	(293)	(916)	(118)
Apropriação dos custos sobre financiamentos e debêntures	9.2	(4.666)	(3.147)	(4.666)	(3.147)
Provisão (reversão) líquida CCEE	10.1	2.264	(6.689)	-	-
Impostos diferidos		(153)	138	-	-
Atualização da provisão para custos socioambientais	12.1	267	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	6	-	-	(56.085)	(45.615)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes		25.339	(43.226)	-	-
Impostos a recuperar		451	(358)	(212)	(16)
Despesas antecipados		(703)	(373)	-	-
Adiantamentos a fornecedores		(518)	-	-	-
Outros créditos		(824)	29	(825)	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		2.140	(147)	9.639	(147)
Impostos a recolher		1.113	5.287	14	` -
Outras contas a pagar		288	-	288	-
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social		(4.297)	(130)	_	(3)
Pagamentos de juros sobre financiamentos	9.2, 21	(41.629)	(40.935)	(33.682)	-
r agamentos de jaros socie imaneamientos	>.2, 21	(11.02))	(101,500)	(55.002)	
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	-	89.960	(31.885)	(30.194)	(1.098)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aportes de capital em investidas		-	_	-	(231.183)
Recursos para futuro aumento de capital	6,21	-	-	(309.252)	-
Aplicações financeiras		86.771	94.396	66.354	(67.996)
Cauções e depósitos vinculados		(3)	-	(3)	
Aquisição de imobilizado	7, 21	(54.848)	(55.710)	(12.818)	-
Pagamentos de imobilizado adquirido em períodos anteriores		-	(188.225)		-
Partes relacionadas - recebimento		-	-	128.626	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	-	31.920	(149.539)	(127.093)	(299.179)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Recursos para futuro aumento de capital		(56.764)	70.209	(56.764)	70.209
Captação de financiamentos e debêntures	9.2, 21	254.716	230.007	254.716	230.007
Custos na captação de financiamentos e debêntures	9.2	315	71	315	71
Pagamentos de financiamentos e debêntures	9.2, 21	(287.992)	(148.800)	(36.792)	-
Partes relacionadas - pagamentos	<i>&gt;.2, 21</i>	(3.844)	(110.000)	(3.844)	_
Partes relacionadas - ingresso	13	(3.011)	38.452	(5.011)	_
Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades de financiamento	13	(93.569)	189.939	157.631	300.287
Calla Iquido apricado into (gerado penas) da riolades de inidicentes	-			1071001	200.207
AUMENTO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	=	28.311	8.515	344	10
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	9.542	1.027	10	
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	37.853	9.542	354	10
Cana e equivalentes de cana no mil do exercicio	7	31.033	7.542	334	10
AUMENTO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-	28.311	8.515	344	10
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					
As notas explicativas sao parte integrante das demonstrações ilhanceiras.					

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

# 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Renova Eólica Participações S.A. ("Renova Eólica" ou "Companhia" ou "Controladora"), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Roque Petroni Júnior, 999, 15° andar, foi constituída em 15 de setembro de 2009, na forma de sociedade por ações de capital fechado e tem como objeto social principal participar no capital social de outras sociedades.

Conforme nota explicativa nº 14, a Companhia é controlada diretamente pela Nova Energia Holding S.A ("Nova Energia"), que é controlada direta da Renova Energia S.A ("Renova"), sociedade de capital aberto que tem suas ações negociadas no nível 2 de Governança Corporativa na BM&FBOVESPA ("BOVESPA").

Atualmente, a Companhia participa de sociedades por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar parque eólico específico, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, parte das controladas tem sua produção contratada com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), no âmbito do Leilão de Reserva – 2010 ("LER 2010"); outra parte tem sua produção contratada com as distribuidoras que declararam demanda no Leilão de Energia Nova – 2011 ("LEN 2011 (A-3)"), conforme detalhado a seguir. Os parques eólicos estão em operação comercial.

	% participação direta	
	31/12/15	31/12/14
<u>SPEs - LER 2010</u>		
Centrais Eólicas da Prata S.A. ("Da Prata")	99,99	99,99
Centrais Eólicas dos Araçás S.A. ("Araçás")	99,99	99,99
Centrais Eólicas Morrão S.A. ("Morrão")	99,99	99,99
Centrais Eólicas Seraíma S.A. ("Seraíma")	99,99	99,99
Centrais Eólicas Tanque S.A. ("Tanque")	99,99	99,99
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A. ("Ventos do Nordeste")	99,99	99,99
	% participação direta	
	31/12/15	31/12/14
<u>SPEs - LEN 2011 (A-3)</u>		
Centrais Eólicas Ametista S.A. ("Ametista")	99,99	99,99
Centrais Eólicas Borgo S.A. ("Borgo")	99,99	99,99
Centrais Eólicas Caetité S.A. ("Caetité")	99,99	99,99
Centrais Eólicas Dourados S.A. ("Dourados")	99,99	99,99
Centrais Eólicas Espigão S.A. ("Espigão")	99,99	99,99
Centrais Eólicas Maron S.A. ("Maron")	99,99	99,99
Centrais Eólicas Pelourinho S.A. ("Pelourinho")	99,99	99,99
Centrais Eólicas Pilões S.A. ("Pilões")	99,99	99,99
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A. ("Serra do Espinhaço")	99,99	99,99

#### 1.1. <u>Autorizações</u>

					Capacidade
		Portaria	Data da	Prazo de	de produção
Companhias	Contrato	MME	portaria	autorização	instalada*
Centrais Eólicas da Prata S.A.	LER 05/2010	177	25/03/11	35 anos	21,84 MW
Centrais Eólicas dos Araçás S.A.	LER 05/2010	241	07/04/11	35 anos	31,86 MW
Centrais Eólicas Morrão S.A.	LER 05/2010	268	20/04/11	35 anos	30,24 MW
Centrais Eólicas Seraíma S.A.	LER 05/2010	332	27/05/11	35 anos	30,24 MW
Centrais Eólicas Tanque S.A.	LER 05/2010	330	26/05/11	35 anos	30,00 MW
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A.	LER 05/2010	161	18/03/11	35 anos	23,52 MW
Centrais Eólicas Ametista S.A.	LEN 02/2011	135	14/03/12	35 anos	28,56 MW
Centrais Eólicas Borgo S.A.	LEN 02/2011	222	13/04/12	35 anos	20,16 MW
Centrais Eólicas Caetité S.A.	LEN 02/2011	167	21/03/12	35 anos	30,24 MW
Centrais Eólicas Dourados S.A.	LEN 02/2011	130	13/03/12	35 anos	28,56 MW
Centrais Eólicas Espigão S.A.	LEN 02/2011	172	22/03/12	35 anos	10,08 MW
Centrais Eólicas Maron S.A.	LEN 02/2011	107	08/03/12	35 anos	30,24 MW
Centrais Eólicas Pelourinho S.A.	LEN 02/2011	168	21/03/12	35 anos	21,84 MW
Centrais Eólicas Pilões S.A.	LEN 02/2011	128	13/03/12	35 anos	30,24 MW
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A.	LEN 02/2011	171	22/03/12	35 anos	18,48 MW

<sup>(\*)</sup> Informações não auditadas pelos auditores independentes

# 1.2. <u>Comercialização de energia:</u>

Em 26 de maio de 2011, as SPEs Da Prata, Araçás, Morrão, Seraíma, Tanque e Ventos do Nordeste assinaram contrato de comercialização de energia no ambiente regulado ("CCEAR"), na modalidade disponibilidade de energia elétrica, com a CCEE, por meio do qual, as SPEs venderão toda sua produção de energia elétrica, por um prazo de 20 (vinte) anos a partir de 1º de novembro de 2014.

Em 13 de agosto de 2012, as SPEs Ametista, Borgo, Caetité, Dourados, Espigão, Maron, Pelourinho, Pilões e Serra do Espinhaço assinaram o CCEAR, na modalidade disponibilidade de energia elétrica, com diversas distribuidoras de energia, por meio do qual, as SPEs venderão toda sua produção de energia elétrica, a partir de 1º de fevereiro de 2015 (para as Companhias Ametista, Dourados, Maron e Pilões) e 1º de julho de 2015 (para as Companhias Borgo, Caetité, Espigão, Pelourinho e Serra do Espinhaço) com prazo final em abril de 2035.

			,	Valores			_			
				Energia anual	Preço	Preço				Mês
			Valor original	contratada	histórico	atualizado			Índice de	de
Controladas	Ref. Contrato	Compradora	do Contrato	(MWh)	MWh	MWh	Inicial	Final	correção	reajuste
					(R\$)	(R\$)				
Centrais Eólicas da Prata S.A.	LER 05/2010	CCEE	214.701	88.476	121,25	169,42	nov/2014(**)	ago/33	IPCA	setembro
Centrais Eólicas dos Araçás S.A.	LER 05/2010	CCEE	295.480	121.764	121,25	169,42	nov/2014(**)	ago/33	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Morrão S.A.	LER 05/2010	CCEE	312.486	128.772	121,25	169,42	nov/2014(**)	ago/33	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Seraíma S.A.	LER 05/2010	CCEE	325.241	134.028	121,25	169,42	nov/2014(**)	ago/33	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Tanque S.A.	LER 05/2010	CCEE	295.480	121.764	121,25	169,42	nov/2014(**)	ago/33	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A.	LER 05/2010	CCEE	214.701	88.476	121,25	169,42	nov/2014 <sup>(**)</sup>	ago/33	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Ametista S.A.(*)	LEN 02/2011	Distribuidoras	238.148	121.764	101,53	123,52	fev/15 (**)	abr/35	IPCA	janeiro
Centrais Eólicas Borgo S.A.(*)	LEN 02/2011	Distribuidoras	166.189	84.972	100,73	122,54	jul/15 (**)	abr/35	IPCA	janeiro
Centrais Eólicas Caetité S.A.(*)	LEN 02/2011	Distribuidoras	245.001	125.268	100,90	122,75	jul/15 (**)	abr/35	IPCA	janeiro
Centrais Eólicas Dourados S.A.(*)	LEN 02/2011	Distribuidoras	226.155	115.632	100,87	122,72	fev15 (**)	abr/35	IPCA	janeiro
Centrais Eólicas Espigão S.A.(*)	LEN 02/2011	Distribuidoras	83.951	42.924	102,07	124,18	jul/15 <sup>(**)</sup>	abr/35	IPCA	janeiro
Centrais Eólicas Maron S.A.(*)	LEN 02/2011	Distribuidoras	236.434	120.888	101,32	123,26	fev/15 (**)	abr/35	IPCA	janeiro
Centrais Eólicas Pelourinho S.A.(*)	LEN 02/2011	Distribuidoras	202.168	103.368	101,23	123,16	jul/15 <sup>(**)</sup>	abr/35	IPCA	janeiro
Centrais Eólicas Pilões S.A.(*)	LEN 02/2011	Distribuidoras	224.441	114.756	100,09	121,77	fev/15 (**)	abr/35	IPCA	janeiro
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A.(*)	LEN 02/2011	Distribuidoras	152.483	77.964	99,69	121,29	jul/15 <sup>(**)</sup>	abr/35	IPCA	janeiro

<sup>\*</sup> Inclui ICB (Índice de custo benefício) e CEC (Custo econômico de curto prazo) no preço.

<sup>\*\*</sup> Data original concatenada conforme Despacho nº 1.317, de 28/04/2014 e Despacho nº 571, de 11/03/2014.

#### 1.3. Operação comercial dos parques eólicos

Conforme descrito na nota explicativa 1.2, os parques tiveram seu início de período de suprimento concatenado com a operação comercial das respectivas linhas de transmissão, as quais não eram de responsabilidade da Companhia. Assim, os parques do LER 2010 entraram em operação comercial em outubro de 2014 e do total de nove parques do LEN 2011, quatro parques entraram em operação em março de 2015 e os outros cinco parques entraram em operação em janeiro de 2016 (vide nota explicativa 22.1).

# 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

# 2.1. <u>Declaração de conformidade</u>

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo: a Lei das Sociedades por Ações, que incorporam os dispositivos das leis 11.638/07 e 11.941/09; os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

As demonstrações financeiras foram aprovadas para conclusão pela Administração em 28 de março de 2016.

#### 2.2. <u>Base de mensuração</u>

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico como base de valor.

#### 2.3. Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todas as demonstrações financeiras foram apresentadas em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma.

### 2.4. <u>Uso de estimativas e julgamentos</u>

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As notas explicativas que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuem um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas dentro do próximo exercício financeiro são:

- Imobilizado (nota explicativa 7); e
- Instrumentos financeiros (nota explicativa 19).

#### 2.5. Principais políticas contábeis

Não houve alterações significativas nas práticas contábeis da companhia em relação àquelas divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014. As políticas contábeis

descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## 2.5.1. Instrumentos financeiros e gestão de riscos (nota explicativa 19)

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia ou suas controladas forem partes das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos das transações diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial.

#### 2.5.1.1. Categoria de instrumentos financeiros

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Os ativos e passivos financeiros aplicáveis na Companhia e em suas controladas foram classificados da seguinte forma:

#### a) Ativos financeiros

#### Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo e são mensurados ao valor justo na data das demonstrações financeiras, sendo as variações reconhecidas no resultado. Os ativos desta categoria são classificados no ativo circulante. As controladas possuem classificados nesta categoria para 31 de dezembro de 2015 e de 2014 o Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (nota explicativa 4).

O Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração do valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

#### b) Passivos financeiros

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros da Companhia e de suas controladas em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 compreendem:

- Fornecedores (nota explicativa 8);
- Financiamentos (nota explicativa 9); e
- Partes relacionadas (nota explicativa 13).

#### Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014.

#### 2.5.1.2. Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

#### 2.5.1.3. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável que pode ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

A Companhia e suas controladas avaliam a evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento, tanto no nível individualizado, como no nível coletivo, para todos os títulos significativos. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

#### 2.5.2. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração - itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas para redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

O custo dos ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicado, e custos e juros de empréstimos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável.

#### 2.5.3. Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada período, a Companhia e suas controladas revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução do valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia e suas controladas calculam o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

#### 2.5.4. Acordos de pagamentos baseados em ações

A controladora indireta Renova Energia S.A. possui plano de remuneração baseado em ações para empregados e outros provedores de serviços similares que são mensurados pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga/contrato.

O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga/contrato é registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício ou capitalizados durante a fase de construção dos parques eólicos das controladas durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Administração da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. No final de cada período de relatório, a Administração revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos.

As transações que resultem em pagamentos baseados em ações, cuja liquidação é feita com instrumentos de patrimônio, com terceiros, exceto funcionários e executivos, são mensuradas pelo valor justo dos produtos ou serviços recebidos. Quando o valor justo não pode ser estimado com confiabilidade, as transações são mensuradas pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio concedidos na data em que os produtos e os serviços foram recebidos.

#### 2.5.5. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia ou suas controladas possuem uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

## 2.5.6. Resultados

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre investimentos. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre financiamentos e debêntures. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

# 2.5.7. <u>Imposto de renda e contribuição social</u>

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável.

Para a Companhia o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente foram calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Conforme facultado pela legislação tributária, as controladas da Companhia optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido. Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do

adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

## Imposto diferido

O imposto de renda e contribuição social diferidos ("imposto diferido") é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

#### 2.5.8. Resultado por ação

O lucro por ação básico é calculado por meio da divisão do lucro líquido (prejuízo) do período atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

O lucro por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido (prejuízo) atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas no pressuposto do exercício das opções de compra de ações com valor de exercício inferior ao valor de mercado.

#### 2.5.9. <u>Informações por segmento</u>

A Companhia e suas controladas apresentam apenas um segmento operacional, que é a sua unidade de negócio estratégico, geração de energia eólica.

# 2.5.10. Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

No exercício de 2015, algumas novas normas emitidas e/ou revisadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC entraram em vigor. A Administração analisou tais normas e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras. Outras normas emitidas entrarão em vigor a partir do exercício de 2016 as quais a Administração implantará tais pronunciamentos à medida que sua aplicação se tornar obrigatória, não sendo esperados efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia ou suas controladas.

# 3. PRINCÍPIOS DA CONSOLIDAÇÃO

Foram consolidadas as demonstrações financeiras das controladas mencionadas na nota explicativa 1.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as companhias consolidadas;
- eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido das companhias controladas, direta e indiretamente;
- eliminação dos saldos de receitas e despesas financeiras.

# 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Conso	lidado	Controladora			
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014		
Caixa	2	2	1	-		
Bancos conta movimento	37.851	9.540	353	10		
Aplicações financeiras	9.583	93.895	9.560	74.998		
	47.436	103.437	9.914	75.008		
Apresentados como:						
Caixa e equivalentes de caixa	37.853	9.542	354	10		
Aplicações financeiras	9.583	93.895	9.560	74.998		
Total	47.436	103.437	9.914	75.008		

As aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a instrumentos de renda fixa, remunerados a taxas de 100,84% do CDI.

A exposição da Companhia a risco de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa 19.

#### 5. CLIENTES (CONSOLIDADO)

	31/12/2015	31/12/2014
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	9.882	43.226
Outros	8.005	-
Total	17.887	43.226

Os saldos em 31 de dezembro de 2015 são compostos por valores a vencer, com prazo médio de recebimento de 30 dias para os quais não são esperadas perdas na sua realização.

# 6. INVESTIMENTOS

O quadro abaixo apresenta os investimentos e as principais informações das controladas:

		Saldos em 31 de dezembro de 2015				Sa	ldos em 31 de o	dezembro de 20	)14
				Patrimônio	Lucro			Patrimônio	Lucro
	Participação	Ativos	Passivos	líquido	(prejuízo)	Ativos	Passivos	líquido	(prejuízo)
Centrais Eólicas da Prata S.A.	99,99%	105.796	45.305	60.491	6.949	116.385	62.778	53.607	5.627
Centrais Eólicas dos Araçás S.A.	99,99%	148.865	59.153	89.712	6.682	163.402	80.319	83.083	7.998
Centrais Eólicas Morrão S.A.	99,99%	132.938	48.097	84.841	9.236	148.695	73.002	75.693	9.837
Centrais Eólicas Seraíma S.A.	99,99%	141.615	56.267	85.348	9.124	154.126	77.814	76.312	9.072
Centrais Eólicas Tanque S.A.	99,99%	134.315	52.413	81.902	6.778	148.792	73.605	75.187	8.263
Centrais Eólicas V. do Nordeste S.A.	99,99%	102.605	37.859	64.746	9.072	112.824	57.063	55.761	6.866
Centrais Eólicas Ametista S.A.	99,99%	124.040	39.207	84.833	2.658	123.694	62.677	61.017	(302)
Centrais Eólicas Borgo S.A.	99,99%	102.896	33.139	69.757	(1.045)	90.899	68.181	22.718	(203)
Centrais Eólicas Caetité S.A.	99,99%	148.276	37.149	111.127	(1.967)	132.409	92.839	39.570	(285)
Centrais Eólicas Dourados S.A.	99,99%	123.222	38.635	84.587	1.962	120.255	84.329	35.926	(305)
Centrais Eólicas Espigão S.A.	99,99%	56.881	12.912	43.969	(832)	51.195	35.913	15.282	(126)
Centrais Eólicas Maron S.A.	99,99%	128.191	56.475	71.716	5.941	122.313	83.216	39.097	(255)
Centrais Eólicas Pelourinho S.A.	99,99%	107.884	26.057	81.827	(1.918)	92.935	68.492	24.443	(169)
Centrais Eólicas Pilões S.A.	99,99%	120.460	48.966	71.494	4.612	115.779	54.571	61.208	(234)
Centrais Eólicas S. do Espinhaço S.A.	99,99%	95.396	22.223	73.173	(1.167)	82.325	60.652	21.673	(169)
		1.773.380	613.857	1.159.523	56.085	1.776.028	1.035.451	740.577	45.615

# 6.1 Movimentação dos investimentos

	Recursos para				Recursos para					
		futuro aumento	Aumento de		Dividendos	i	futuro aument	0	Dividendos	
	31/12/13	de capital	capital	Equivalência	propostos	31/12/14	de capital	Equivalência	propostos	31/12/15
Centrais Eólicas da Prata S.A.	24.906	19.863	3.253	5.627	(42)	53.607	-	6.949	(65)	60.491
Centrais Eólicas dos Araças S.A.	48.051	23.500	3.610	7.998	(76)	83.083	-	6.682	(53)	89.712
Centrais Eólicas Morrão S.A.	30.142	30.056	5.740	9.837	(82)	75.693	-	9.236	(88)	84.841
Centrais Eólicas Seraíma S.A.	34.190	29.353	3.771	9.072	(74)	76.312	-	9.124	(88)	85.348
Centrais Eólicas Tanque S.A.	38.901	24.557	3.531	8.263	(65)	75.187	-	6.778	(63)	81.902
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A.	29.458	17.020	2.471	6.866	(54)	55.761	-	9.072	(87)	64.746
Centrais Eólicas Ametista S.A.	21.079	32.167	8.073	(302)	-	61.017	21.178	2.658	(20)	84.833
Centrais Eólicas Borgo S.A.	10.573	3.283	9.065	(203)	-	22.718	48.084	(1.045)	-	69.757
Centrais Eólicas Caetité S.A.	22.436	8.738	8.681	(285)	-	39.570	73.524	(1.967)	-	111.127
Centrais Eólicas Dourados S.A.	23.569	7.348	5.314	(305)	-	35.926	46.712	1.962	(13)	84.587
Centrais Eólicas Espigão S.A.	9.840	3.214	2.354	(126)	-	15.282	29.519	(832)	-	43.969
Centrais Eólicas Maron S.A.	27.267	4.614	7.471	(255)	-	39.097	26.729	5.941	(51)	71.716
Centrais Eólicas Pelourinho S.A.	17.190	4.521	2.901	(169)	-	24.443	59.302	(1.918)	-	81.827
Centrais Eólicas Pilões S.A.	39.189	19.544	2.709	(234)	-	61.208	5.712	4.612	(38)	71.494
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A.	14.891	3.406	3.545	(169)	-	21.673	52.667	(1.167)	-	73.173
	391.682	231.184	72.489	45.615	(393)	740.577	363.427	56.085	(566)	1.159.523

# 7. IMOBILIZADO (CONSOLIDADO)

	Taxa de depreciação anual	Saldo em 31/12/13	Adições	Reclassificação entre rúbricas	Saldo em 31/12/14	Adições	Reclassificação entre rúbricas	Saldo em 31/12/15
Imobilizado em serviço								
Custo corrigido								
Geração								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	-	8.401	630	9.031	199	36.310	45.540
Máquinas e equipamentos	4%	-	24.643	548.334	572.977	1.070	829.800	1.403.847
Sistema de transmissão e conexão								
Terrenos		-	-	-	-	-	2.503	2.503
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	-	-	3.718	3.718	-	3.843	7.561
Máquinas e equipamentos de transmissão Administração	4%	-	-	181.040	181.040	-	120.839	301.879
Móveis, Utensílios e Instalações		-	-	-	-	23	-	23
Estoque								
Almoxarifado geral		-	-	-	-	3.636	-	3.636
Total			33.044	733.722	766.766	4.928	993.295	1.764.989
<u>Depreciação acumulada</u> Geração								
Edificações, obras civis e benfeitorias		-	(539)	-	(539)	(489)	-	(1.028)
Máquinas e equipamentos		-	(7.613)	-	(7.613)	(47.411)	-	(55.024)
Sistema de transmissão e conexão			, ,			, í		, ,
Edificações, obras civis e benfeitorias		-	(38)	_	(38)	(217)	-	(255)
Máquinas e equipamentos		-	(1.821)	-	(1.821)	(8.301)	-	(10.122)
Administração								
Móveis, Utensílios e Instalações		-	-	-	-	(1)	-	(1)
Total		-	(10.011)	-	(10.011)	(56.419)	-	(66.430)
Total do imobilizado em serviço			23.033	733.722	756.755	(51.491)	993.295	1.698.559
Imobilizado em curso								
Terrenos		9.850	746	(5.067)	5.529	-	(5.529)	-
Edificações, obras civis e benfeitorias		183.853	26.092	(94.717)	115.228	64	(115.292)	-
Torres de medição		4.105	394	(1.225)	3.274	62	(3.336)	-
Aerogeradores		857.628	16.951	(350.309)	524.270	441	(524.711)	-
Equipamentos de subestação		113.417	28.904	(54.721)	87.600	347	(87.947)	-
A ratear*		113.630	74.961	(16.132)	172.459	65.867	(238.326)	-
Adiantamento a fornecedores		131.027	129.965	(211.551)	49.441	11.303	(49.277)	11.467
Total do imobilizado em curso		1.413.510	278.013	(733.722)	957.801	78.084	(1.024.418)	11.467
Total do ativo imobilizado		1.413.510	301.046		1.714.556	26.593	(31.123) (*)	1.710.026

<sup>(\*)</sup> Valor de R\$ 3.888 reconhecido como efeitos dos custos socioambientais (ver nota explicativa 12), e montante de R\$ 27.235 como conciliação de adiantamento.

Os investimentos incorridos referem-se basicamente a aquisição de equipamentos de subestação, aerogeradores, e gastos com a construção civil dos parques eólicos.

A rubrica de valores a ratear refere-se principalmente a gastos com projetos, com a implantação das usinas, juros capitalizados e reconhecimento de pagamento baseado em ações de sua controladora indireta Renova. Para data base 31 de dezembro de 2015, o montante de juros capitalizados é de R\$ 28.164 (2014, R\$ 84.806).

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador.

A Companhia e suas controladas não identificaram indícios de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados.

#### 8. FORNECEDORES

	Conso	lidado	Controladora		
	31/12/2015 31/12/2014		31/12/2015	31/12/2014	
Fornecedores	49.407	74.502	9.690	51	

Os saldos de fornecedores em 31 de dezembro de 2015 e 2014 referem-se, principalmente, a valores a pagar aos fornecedores de equipamentos e materiais para a conclusão da construção e manutenção dos parques eólicos.

# 9. FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES (CONSOLIDADO E CONTROLADORA)

		31/12/2015				31/12/2014 (*)									
			Circulante		Não circulante			Circulante			Não circulante		te		
	Custo da Dívida	Encargos	Principal	Total	Encargos	Principal	Total	Total geral	Encargos	Principal	Total	Encargos	Principal	Total	Total geral
Moeda Nacional															
Notas Promissórias - LEN 2011 <sup>(c)</sup>	100% CDI + 0,98% a.a.	-	-	-	-	-	-	-	5.398	251.200	256.598	-	-	-	256.598
BNDES - Renova Eólica <sup>(a)</sup>	$TJLP+2,\!45\%$	2.664	47.833	50.497	-	695.981	695.981	746.478	1.097	21.449	22.546	1.047	650.417	651.464	674.010
BNDES - Renova Eólica <sup>(a)</sup>	TJLP + 2,60%	7.132	16.964	24.096	-	247.529	247.529	271.625	1.855	4.464	6.319	2.177	150.575	152.752	159.071
BNDES - Renova Eólica (Subcrédito "P") <sup>(a)</sup>	TJLP	11	261	272	-	3.913	3.913	4.185	-	-	-	3	1.320	1.323	1.323
Subtotal dos financiamentos		9.807	65.058	74.865	-	947.423	947.423	1.022.288	8.350	277.113	285.463	3.227	802.312	805.539	1.091.002
Custo de captação da operação		-	(413)	(413)	-	(6.059)	(6.059)	(6.472)	-	(186)	(186)	-	(2.891)	(2.891)	(3.077)
TOTAL DE FINANCIAMENTOS		9.807	64.645	74.452	-	941.364	941.364	1.015.816	8.350	276.927	285.277	3.227	799.421	802.648	1.087.925
Debêntures - 1ª emissão - Renova Eólica (b)	IPCA + 7,6054% a.a.	550	5.961	6.511	-	162.948	162.948	169.459	667	-	667	-	73.676	73.676	74.343
Custo de captação da operação		-	(95)	(95)	-	(858)	(858)	(953)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DE DEBÊNTURES		550	5.866	6.416	-	162.090	162.090	168.506	667	-	667	-	73.676	73.676	74.343

(\*) O saldo total da controladora em 31 de dezembro de 2014 era de R\$ 28.679 no circulante e de R\$ 802.648 no não circulante. Em 31 de dezembro de 2015, os saldos circulantes e não circulantes da controladora e do consolidado são os mesmos.

#### 9.1 Resumo dos contratos

## a) BNDES (Longo prazo)

A Companhia, com a interveniência de suas controladas, da sua controladora direta e da controladora indireta Renova, obteve financiamento no valor total de R\$ 1.044.100 (contrato direto assinado em 4 de junho de 2014, no valor de R\$ 734.020 e o contrato de repasse assinado com o Banco do Brasil, no valor de R\$ 310.080). Em 31 de dezembro de 2015, o montante liberado foi de R\$ 919.805, utilizado para quitar o empréstimo ponte tomado com o BNDES, no valor de R\$ 647.894 e a parte restante das notas promissórias, no valor de R\$ 251.200.

O financiamento foi dividido em 16 Subcréditos, de "A" a "P", com as seguintes características: (a) os Subcréditos A, C, D, E, F, G, I, J, M e P tem prazo de utilização e de carência até 15 de dezembro de 2015, e prazo de amortização em 192 meses, sendo as prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas, vencendo-se a primeira prestação em 15 de janeiro de 2016 e a última em 15 de dezembro de 2031; e (b) os Subcréditos B, H, K, L, N e O terão prazo de utilização e de carência até 15 de dezembro de 2014 e prazo de amortização em 192 meses, sendo as prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas, vencendo-se a primeira prestação em 15 de janeiro de 2015 e a última em 15 de dezembro de 2030.

Os Subcréditos A, B, C, D, E, F, G, H, I, J, K, L, M, N e O do BNDES possuem taxas de juros de 2,45% a.a. mais TJLP e sobre o principal da dívida decorrente do Subcrédito P incidirá a TJLP. O Contrato de repasse com o Banco do Brasil possui taxa de 2,60% a.a. + TJLP.

São garantias de todos os contratos do BNDES o penhor de ações, a cessão fiduciária de direitos creditórios e emergentes, alienação fiduciária de bens, fiança bancária, e contas reserva no valor de 3 meses de serviço da dívida e 3 meses de operação e manutenção. Esta operação estabelece que o índice ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = [(geração de caixa da atividade + saldo final de caixa do ano anterior) / serviço da dívida] deve ser maior ou igual a 1,3 a ser calculado ao final de cada exercício social. Em 31 de dezembro de 2015 esse índice foi atingido.

#### b) Debêntures de infraestrutura

Em 15 de novembro de 2014, ocorreu a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real e com garantia adicional fidejussória, em duas séries ("Debêntures"), para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, da Companhia, no valor total de R\$ 146.000.

As Debêntures foram emitidas como debêntures de infraestrutura, tendo em vista o enquadramento dos empreendimentos como projetos prioritários, por meio das portarias expedidas pelo Ministério de Minas e Energia (MME). Os recursos das Debêntures foram destinados ao LER 2010 e LEN 2011 (A-3) com o objetivo de complementar o financiamento do BNDES, para aquisição de ativos.

Sobre as debêntures da primeira série incidirão IPCA + juros remuneratórios prefixados de 7,6054% a.a. e da segunda série incidirão IPCA + juros remuneratórios prefixados de 7,8707% a.a.

A primeira série no valor de R\$ 73.000 foi liquidada em dezembro de 2014 e a segunda série, também no valor de R\$ 73.000, foi liquidada em janeiro de 2015, sendo o valor corrigido pelo

IPCA mais juros remuneratórios prefixados de 7,8707% a.a., desde a data de emissão, 15 de novembro de 2014, até a data da liquidação, de R\$ 75.106. A amortização teve início em 15 de junho de 2016 com parcelas semestrais e consecutivas até 15 de dezembro de 2025. O pagamento dos juros ocorrerá em parcelas semestrais, sem carência, nos meses de junho e dezembro de cada ano.

Esta operação estabelece que o índice ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = [(geração de caixa da atividade + saldo final de caixa do ano anterior) / serviço da dívida] deve ser maior ou igual a 1,3 a ser calculado ao final de cada exercício social. Em 31 de dezembro de 2015 esse índice foi atingido.

#### c) Notas Promissórias

Em 05 de novembro de 2013, as controladas da Companhia emitiram notas promissórias comerciais, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, no montante de R\$ 400.000 e nos termos da instrução CVM nº 476, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP e as notas comerciais depositadas em nome do respectivo titular no Sistema de Custódia Eletrônica da CETIP.

Sobre as notas promissórias incidiram juros remuneratórios estabelecidos com base na variação acumulada de 100% das taxas médias diárias da DI – Depósitos interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", acrescida exponencialmente de spread de 0,98% a.a.

Em 30 de abril de 2014 estas controladas quitaram as notas promissórias comerciais, no valor de R\$ 400.000 (principal) acrescido de juros do período e renegociaram a emissão de novas notas promissórias por um período complementar de 6 meses a partir de 30 de abril de 2014 no valor de principal de R\$ 400.000, mantendo as mesmas condições financeiras da primeira emissão. Em 29 de agosto de 2014, com a liberação da segunda parcela do financiamento de longo prazo, parte das notas promissórias foram quitadas, restando um saldo de principal de R\$ 251.200.

Em 2 de fevereiro de 2015, foram quitadas as notas promissórias em aberto no valor total de R\$ 259.316, incluindo juros.

# 9.2 <u>Movimentação dos financiamentos e debêntures</u>

		Consolidado		Controladora			
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total	
Saldos em 31 de dezembro de 2013	1.000.000	31.372	1.031.372	-	-	-	
Financiamentos e debêntures obtidos	1.277.901	-	1.277.901	877.901	-	877.901	
Encargos financeiros provisionados	-	8.894	8.894	-	8.894	8.894	
Encargos financeiros pagos	-	(88.829)	(88.829)	-	-	-	
Ecargos financeiros capitalizados	-	84.806	84.806		21.951	21.951	
Encargos financeiros incorporados ao principal	23.999	(23.999)	-	23.999	(23.999)	-	
Amortização de financiamento	(1.148.800)	-	(1.148.800)	-	-	-	
Apropriação dos custos de captação	(3.147)	-	(3.147)	(3.147)	-	(3.147)	
Custo de captação	71	-	71	71	-	71	
Saldos em 31 de dezembro de 2014	1.150.024	12.244	1.162.268	898.824	6.846	905.670	
Financiamentos e debêntures obtidos	254.716	-	254.716	254.716	-	254.716	
Encargos financeiros provisionados	-	73.146	73.146	-	72.469	72.469	
Encargos financeiros pagos	-	(41.629)	(41.629)	-	(33.682)	(33.682)	
Encargos financeiros capitalizados	-	28.164	28.164	-	26.292	26.292	
Encargos financeiros incorporados ao principal	61.568	(61.568)	-	61.568	(61.568)	-	
Amortização de financiamento e debêntures	(287.992)	-	(287.992)	(36.792)	-	(36.792)	
Apropriação dos custos de captação	(4.666)	-	(4.666)	(4.666)	-	(4.666)	
Custo de captação	315	-	315	315	-	315	
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.173.965	10.357	1.184.322	1.173.965	10.357	1.184.322	

# 9.3 Vencimento das parcelas

As parcelas classificadas no passivo não circulante (consolidado) têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de Vencimento	31/12/2015
2017	72.713
2018	72.713
2019	70.809
2020	95.639
2021	97.344
2022 a 2026	404.322
2027 a 2031	296.831
Total	1.110.371*

<sup>(\*)</sup> Valor não inclui o custo de captação dos financiamentos e debêntures.

# 10. CONTAS A PAGAR / CONTAS A RECEBER – CCEE (CONSOLIDADO)

	At	Passivo	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015
		• 044	
Contas a pagar / Conta a receber – CCEE (não circulante)	4.245	2.044	4.465

Os contratos de energia de reserva celebrados entre as controladas do LER 2010 e a CCEE estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual (período de setembro a agosto) as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. O ressarcimento por desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância – 10%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 115% do preço de venda vigente, conforme expresso na subcláusula 11.3 do referido contrato. Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância – 10% de geração serão ressarcidos em 12 parcelas após possíveis compensações com desvios positivos iniciando ao final do primeiro quadriênio.

#### 10.1 <u>Movimentação</u>:

A movimentação do exercício está apresentada a seguir:

,	Movimentação do ativo									
	31/12/2013	Adição	31/12/2014	Adição	31/12/2015					
CCEE		2.044	2.044	2.201	4.245					
		Movi	mentação do pa	ssivo						
	31/12/2013	Reversão	31/12/2014	Provisão	31/12/2015					
CCEE	4.645	(4.645)		4.465	4.465					
Total líquido	4.645	(6.689)	(2.044)	2.264	220					

#### 11. IMPOSTOS DIFERIDOS (CONSOLIDADO)

	Ativo	Pass	ivo
	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2014
PIS diferido	29	28	13
COFINS diferida	134	127	62
IRPJ diferido	90	85	41
CSLL diferida	48	46	22
Total	301	286	138

Os impostos diferidos foram constituídos em função das diferenças entre a energia gerada e a efetivamente faturada (nota explicativa 10). Esses impostos diferidos foram calculados utilizando-se as alíquotas com base no lucro presumido.

# 11.1 Movimentação líquida (ativo e passivo) do IRPJ e CSLL diferidos

-
(63)
(63)
70
7

# 12. PROVISÃO PARA CUSTOS SOCIOAMBIENTAIS (CONSOLIDADO)

	31/12/2015	31/12/2014
Circulante	1.218	2.999
Não circulante	5.877	7.717
Total	7.095	10.716

Considerando que: (a) até a entrada em operação comercial das eólicas, a Companhia obtém todas as licenças ambientais e, consequentemente, tem uma obrigação de cumprir as obrigações nelas constantes para poder operar; (b) que essa obrigação decorre de eventos já ocorridos (construção da usina); e (c) que se espera que exista saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos futuros, a Companhia provisiona os custos socioambientais no passivo circulante e não circulante e incorpora tal custo no ativo imobilizado durante o período de construção dos empreendimentos. Após a entrada em operação, tais custos são registrados diretamente no resultado.

A provisão é inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e por mudança no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados, os quais são considerados suficientes para os desembolsos futuros das controladas durante a fase de construção e operação dos parques em operação.

#### 12.1. Movimentação

		Reversão/						
	31/12/2013	Provisão	31/12/2014	Provisão	Atualização	31/12/2015		
Provisão para custos								
socioambientais		10.716	10.716	(3.888)	267	7.095		

#### 13. PARTES RELACIONADAS

	Conso	lidado	Controladora			
	Pass	sivo	Ativo			
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014		
Partes relacionadas	34.608	38.452 (a)	577.722	686.348 <sup>(b)</sup>		

De acordo com a Ata de Assembleia Geral Extraordinária de 16 de junho de 2014 os acionistas deliberaram pela aprovação de um plano de resgate de ações com condições específicas. Devido as características destas ações, a Administração concluiu que elas representam instrumento de dívida e não de patrimônio e, desta forma, classificou estes valores no passivo, conforme requerido pelo CPC 39 – Instrumentos Financeiros: Apresentação.

- (a) O saldo se refere a ações resgatáveis emitidas pela Companhia e adquiridas pela sua controladora direta Nova Energia Holding S.A.
- (b) O saldo se refere a ações resgatáveis emitidas pela controladora e adquiridas por suas controladas diretas.

# 14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### 14.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2014 a Nova Renova Energia S.A. ("Nova Renova"), controlada diretamente pela Renova Energia S.A., era a única acionista da Companhia. O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2014 era de 457.250 representado por 495.701.907 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em agosto de 2015, foi aprovada a cisão parcial da Nova Renova, onde uma parcela do seu patrimônio líquido foi incorporada em parte pela Nova Energia Holding S.A. ("Nova Energia"), também controlada direta da Renova Energia S.A.

A parcela cindida incorporada pela Nova Energia foi constituída das participações societárias detidas pela Nova Renova na Renova Eólica, equivalente, nesta data, a 100% das ações de emissão da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2015 a Nova Energia é a única acionista da Companhia. O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 462.734 e está representado por 602.534.256 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

# 14.2. <u>Integralização de capital</u>

Em 2014 a Companhia aumentou capital em R\$ 216.067 através de: (i) capitalização de recursos para futuro aumento de capital no valor de R\$ 143.578; e (ii) em moeda corrente no valor de R\$ 72.489. Em 2015 a Companhia aumentou capital através de capitalização de recursos para futuro aumento de capital no valor de R\$ 5.484.

#### 14.3. Recursos para futuro aumento de capital

Em 2015 a controladora transferiu para a Companhia o valor total de R\$ 28.182 (2014, R\$ 70.209) a título de recursos para futuro aumento de capital em caráter irrevogável e irretratável e com quantidade fixa de ações a serem adquiridas, nos termos do contrato assinado entre a Companhia e a controladora. Desta forma a Companhia classificou esse adiantamento para futuro aumento de capital dentro do seu patrimônio líquido.

#### 14.4. Reserva de capital

Na conta de reserva de capital, a Companhia reconheceu os custos dos serviços prestados em acordos firmados com os executivos do Grupo Renova (companhias controladas direta ou indiretamente pela Renova Energia S.A.) através de pagamentos baseado em ações da sua controladora indireta Renova Energia S.A.

#### 14.5. <u>Dividendos (Companhia)</u>

Ao final de cada exercício social será levantado o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras exigidas de acordo com as disposições legais pertinentes, os quais serão submetidos à assembleia geral ordinária, juntamente com a proposta de destinação do lucro líquido do exercício. Após as deduções previstas em lei, a assembleia geral deliberará sobre a distribuição dos lucros que, consoante proposta da diretoria e de opinião prévia do conselho fiscal, se instalado, terá a seguinte destinação:

I-5% (cinco por cento) para a reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social:

II - 10% (dez por cento), no mínimo, será distribuído, como dividendo obrigatório, observadas as demais disposições do presente estatuto social e a legislação aplicável; e

III – o saldo remanescente terá a destinação deliberada pela assembleia geral.

# 15. RECEITA LÍQUIDA (CONSOLIDADO)

	31/12/2015 MWh*	31/12/2014 MWh*	31/12/2015	31/12/2014
Geração/disponibilização energia Suprimento de energia elétrica	1.047.881	229.779	162.615	67.699
(-) Impostos s/ receita (PIS/COFINS)			(5.935)	(2.596)
Total	1.047.881	229.779	156.680	65.103

<sup>(\*)</sup> Informação não auditada pelos auditores independentes.

# 16. CUSTOS E DESPESAS (CONSOLIDADO)

	31/12/2015			31/12/2014		
	Custo dos			Custo dos		
	serviços	Despesas	Total	serviços	Despesas	Total
Tusd/Tust <sup>(1)</sup>	10.095	-	10.095	997	-	997
Taxa de fiscalização	552	-	552	248	-	248
	10.647	-	10.647	1.245	-	1.245
Serviços de terceiros	11.681	5.627	17.308	1.315	3.950	5.265
Aluguéis e arrendamentos	1.683	281	1.964	2.112	-	2.112
Viagens	5	550	555	-	-	-
Depreciação	56.418	1	56.419	10.010	1	10.011
Seguros	641	390	1.031	22	-	22
Telefonia e TI	-	393	393	-	-	-
Material de uso e consumo	3.571	2.397	5.968	-	-	-
Multa sobre ressarcimento <sup>(2)</sup>	-	-	-	(4.645)	-	(4.645)
Impostos e taxas	-	663	663	-	-	-
Outras	1.498	385	1.883			
	75.497	10.687	86.184	8.814	3.951	12.765
Total	86.144	10.687	96.831	10.059	3.951	14.010

<sup>(1)</sup> Tusd - tarifa de uso do sistema de distribuição e Tust - tarifa de uso do sistema de transmissão.

#### 17. RESULTADO FINANCEIRO

	Conso	olidado	Controladora		
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	
Receitas financeiras Rendimentos de aplicações					
financeiras	2.459	293	916	118	
Descontos obtidos	156	-	-	-	
Outras receitas financeiras	684				
Total das receitas financeiras	3.299	293	916	118	
Despesas financeiras	(70.146)	(0.004)	(72.460)	(5.107)	
Encargos da dívida	(73.146)	(8.894)	(72.469)	(5.107)	
Juros	(91)	-	(5)	-	
IOF	(77)	(3)	(2)	(2)	
Despesas bancárias	(71)	(15)	(55)	-	
Outras despesas financeiras	(301)	(415)	(348)	(76)	
Total das despesas financeiras	(73.686)	(9.327)	(72.879)	(5.185)	
Total do resultado financeiro	(70.387)	(9.034)	(71.963)	(5.067)	

<sup>(2)</sup> Conforme mencionado na nota explicativa 1.3, com a concatenação dos parques, a Companhia reverteu o saldo da multa, sobre a não entrada em operação dos parques eólicos do LER 2010 e registrou essa reversão na mesma linha que deu origem ao custo da operação, no montante de R\$ 4.645.

# 18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

,	Consolidado		Controladora	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(10.538)	42.059	(16.218)	39.054
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	3.583	(14.300)	5.514	(13.278)
Exclusões (adições) permanentes				
Resultado da equivalência patrimonial	-	-	19.069	15.509
Efeito das controladas optantes pelo lucro presumido	15.320	14.224	-	-
Efeito dos impostos diferidos ativos não reconhecidos sobre: Prejuízo fiscal e base negativa	(24.583)	(2.929)	(24.583)	(2.231)
Imposto de renda e contribuição social registrado no resultado	(5.680)	(3.005)		

A Companhia não apurou lucro tributável no exercício. Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia possuía prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social a compensar, nos montantes do quadro a seguir para os quais não foram registrados impostos diferidos:

	Consolidado		Contro	ladora
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Prejuízo fiscal e base negativa constituída no exercício	(72.303)	(8.615)	(72.303)	(6.562)
Prejuízos fiscais e bases negativas acumulados de exercícios anteriores	(18.562)	(9.947)	(6.911)	(349)
Total de prejuízos fiscais e bases negativas acumulados	(90.865)	(18.562)	(79.214)	(6.911)

Conforme mencionado na nota explicativa 2.5.7., a Companhia apura os tributos sobre o lucro com base no regime do lucro real e as controladas com base no lucro presumido.

#### 19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxo de caixa futuros. Essas práticas determinam também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações com as contrapartes sejam feitas.

# a) Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, partes relacionadas e fornecedores.

Consolidado

	Consolidado					
	Valor	justo	Valor Contábil			
Ativos financeiros	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014		
Circulante		_				
Aplicações financeiras	9.583	93.895	9.583	93.895		
Contas a receber de clientes	17.887	43.226	17.887	43.226		
Não circulante						
Cauções e depósitos vinculados	3	-	3	-		
Passivos financeiros						
Circulante						
Fornecedores	49.407	74.502	49.407	74.502		
Financiamentos	74.865	285.463	74.452	285.277		
Debêntures	6.511	667	6.416	667		
Não circulante						
Financiamentos	947.423	805.539	941.364	802.648		
Debêntures	162.948	73.676	162.090	73.676		
Partes relacionadas	34.608	38.452	34.608	38.452		
		Contro	ladora			
	Valor	justo	Valor C	ontábil		
Ativos financeiros	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014		
Circulante						
Aplicações financeiras	9.560	74.998	9.560	74.998		
Não circulante						
Cauções e depósitos vinculados	3	-	3	-		
Passivos financeiros						
Circulante						
Fornecedores	9.690	-	9.690	-		
Financiamentos	74.865	28.865	74.452	28.679		
Debêntures	6.511	667	6.416	667		
Não circulante						
Financiamentos	947.423	805.539	941.364	802.648		
Debêntures	162.948	73.676	162.090	73.676		
Partes relacionadas	34.608	38.452	34.608	38.452		

#### b) Categorias de instrumentos financeiros

				Conso	lidado			
		31/12	/2015			31/12	/2014	
Ativos financeiros	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Outros ao custo amortizado	Total	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Outros ao custo amortizado	Total
Circulante								
Aplicações financeiras	-	9.583	-	9.583	-	93.895	-	93.895
Contas a receber de clientes	17.887	-	-	17.887	43.226	-	-	43.226
Não circulante								
Cauções e depósitos vinculados	3	-	-	3	-	-	-	-
Passivos Financeiros								
Circulante								
Fornecedores			49.407	49.407			74.502	74.502
Financiamentos	-	-	74.865	74.865		-	285.463	285.463
Debêntures			6.511	6.511			667	667
Não circulante								
Financiamentos			947.423	947.423			805.539	805.539
Debêntures	-	-	162.948	162.948	-	-	73.676	73.676
Partes relacionadas	34.608	-	-	34.608	38.452	-	-	38.452
		31/12	/2015	Contro	ladora	31/12	/2014	
	Empréstimos e	Valor justo através do resultado	Outros ao custo		Empréstimos e	Valor justo através do resultado	Outros ao custo	)
Ativos financeiros	recebíveis	do resultado	amortizado	Total	recebíveis	do resultado	amortizado	Total
Circulante								
Aplicações financeiras	-	9.560	-	9.560	-	74.998	-	74.998
Não circulante								
Partes relacionadas	557.722	-	-	557.722	55.063	-	-	55.063
Cauções e depósitos vinculados	3	-	-	3	-	-	-	-
Passivos Financeiros								
Circulante								
Fornecedores	-	-	9.690	9.690	-	-	51	51
Financiamentos	-	-	74.865	74.865	-	-	28.865	28.865
Debêntures	-	-	6.511	6.511	-	-	667	667
Não circulante								
Financiamentos	-	-	947.423	947.423	-	-	805.539	805.539
Debêntures	-	-	162.948	162.948	-	-	73.676	73.676
Partes relacionadas	34.608	-	-	34.608	38.452	-	-	38.452

## c) Risco de Mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impactos a praticamente todos os setores e, portanto representam fatores de riscos financeiros.

Os financiamentos captados pelas controladas da Companhia apresentados na nota explicativa 9 possuem como contrapartes o BNDES. As regras contratuais para os passivos financeiros criam riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia e suas controladas possuíam um risco de mercado associado à TJLP.

Como riscos de mercado associados à taxa de juros, atribuímos o CDI e IPCA, levando em consideração que a economia brasileira apresenta um panorama favorável ao crescimento sólido e investimentos voltados para a infraestrutura, a exemplo de programas como o PAC. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores importantes na captação com baixo risco.

#### d) Análise de sensibilidade

A tabela a seguir detalha a sensibilidade da Companhia e de suas controladoras à variação de 10% da exposição às taxas de rendimentos e de juros dos instrumentos financeiros para 31 de dezembro

de 2015. O percentual de 10% é a taxa média de sensibilidade utilizada para apresentar internamente os riscos ao pessoal-chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças destas taxas.

A análise de sensibilidade inclui as aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos com o BNDES com taxas pós-fixadas. A análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 esteve em aberto durante todo o exercício seguinte. Um número negativo indica uma redução no resultado e no patrimônio líquido.

	Risco	resultado e patrimônio
Ativo Financeiro Aplicações financeiras	Baixado CDI	(136)
Passivo Financeiro		
BNDES	Alta da TJLP	(7.156)
Debêntures	Alta do CDI	(2.384)

# e) Risco de Liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade das controladas em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira das controladas em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os financiamentos captados pela Companhia são apresentadas na nota explicativa 8.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de crédito que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Conforme mencionado na nota explicativa 1, em 31 de dezembro de 2015 a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo e dependerá de recursos de acionistas e/ou financiamentos de terceiros para honrar com seus compromissos.

O fluxo de realização para as obrigações assumidas em suas condições contratuais é apresentado conforme quadro abaixo (consolidado e controladora):

Instrumentos a taxa de juros	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Financiamentos - principal e encargos Debêntures - principal e encargos	19.569	55.296 6.511	325.296 51.638	622.127 111.310	1.022.288 169.459
Total	19.569	61.807	376.934	733.437	1.191.747

#### f) Operações com instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados.

## g) Gestão de capital (consolidado)

•	31/12/2015	31/12/2014
Dívida de financiamentos e debêntures	1.184.322	1.162.268
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	(47.436)	(103.437)
Dívida líquida	1.136.886	1.058.831
Patrimônio líquido	500.252	573.234
Índice de alavancagem financeira - %	227%	185%

Os objetivos da Companhia e de suas controladas ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

#### h) Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das "jazidas de vento" do Brasil estar entre as melhores do mundo, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bem estáveis, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

#### 20. COBERTURA DE SEGUROS

O quadro a seguir apresenta os principais valores em risco com coberturas de seguros da Companhia e suas controladas:

Objeto da Garantia	Importância	Vigé	ència	Cagurada
	Segurada	Início	Fim	Segurado
Riscos operacionais (LER 2010 e LEN 2011)	R\$ 656.766	10/10/2014	10/10/2016	Renova
Responsabilidade civil (LER 2010 e LEN 2011)	R\$ 20.000	10/10/2014	10/10/2016	Renova
Garantia construção LEN 2011	R\$ 10.691	21/08/2015	17/02/2016	<b>ANEEL</b>
Executante construtor - LEN 2011	R\$ 7.861	21/08/2015	15/02/2016	<b>ANEEL</b>

# 21. TRANSAÇÃO NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Durante o exercício de 2015 e de 2014, a Companhia e suas controladas realizaram as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa, portanto as seguintes transações não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Conso	Consolidado		ladora
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Encargos financeiros capitalizados	28.164	(12.883)	26.292	(6.886)
Rendimentos financeiros capitalizados	-	84.806	-	21.951
Conciliação de adiantamento a fornecedores - imobilizado	(27.235)	-	-	-
Provisão para custos socioambientais	(3.888)	10.716	-	-
Capitalização de recursos para aumento de capital	5.484	143.578	5.484	143.578
Integralização de capital em controladas com ativo imobilizado	-	-	-	72.489
Recursos para futuro aumento de capital em controladas com ativo				
imobilizado	54.175	-	(54.175)	-
Dividendos propostos a receber	-	-	(577)	(393)
Pagamentos de financiamento através de novas notas promissórias	-	400.000	-	-
Pagamentos de financiamento através da emissão de ações				
resgatáveis	-	600.000	-	-
Pagamentos de juros sobre financiamento através da emissão de				
ações resgatáveis	-	47.894	-	-

# 22. EVENTO SUBSEQUENTE

# 22.1. Operação Comercial do LEN 2011 (A-3)

Em 4 de janeiro de 2016, a ANEEL, publicou o Despacho nº 4.165, liberando as controladas Centrais Eólicas Borgo S.A., Centrais Eólicas Caetité S.A., Centrais Eólicas Espigão S.A., Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A. e Centrais Eólicas Pelourinho S.A. para início da operação comercial a partir de 1º de janeiro de 2016.